

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Revista Réplica

Ano 44 - Nº 12 | ABRIL 2025

www.amprs.com.br/a-amprs/revista-replica



ESPECIAL

**Promotores mantêm
eficiência e compromisso
mesmo diante das
pressões do trabalho**

Sumário

03	CARTA AO LEITOR
04	NOSSA ASSOCIAÇÃO
06	EDUCAÇÃO
08	ENTREVISTA Fernando Andrade Alves e os desafios da AMP/RS
10	CARREIRA Os impactos positivos do direito à Licença Compensatória
12	ESPECIAL
16	MEMORIAL
17	APARTES
21	CRÔNICA Cleonice Rodrigues Aires
22	CRÔNICA Mário Cavalheiro Lisboa
23	CRÔNICA Cláudio Brito



REVISTA RÉPLICA
ANO 44 – Nº 12 | Abril de 2025

Em um período eleitoral e de reflexão, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) aborda com visão crítica os desafios enfrentados pela Instituição que impactam diretamente a carreira e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Membros da AMP/RS compartilharam suas expectativas ao ingressar no Ministério Público, assim como as conquistas alcançadas ao longo de suas trajetórias, refletindo o espírito coletivo da classe. Nesta edição, utilizamos este espaço para ampliar o debate sobre as questões essenciais e reforçar o compromisso com uma gestão transparente e participativa, atendendo às necessidades de todos os envolvidos.

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

Luciana Cano Casarotto

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Reginaldo Freitas da Silva

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Julia Ilenir Martins

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Guacira Almeida Martins

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisboa

COMITÊ EDITORIAL

Cláudio Barros Silva

Cláudio Brito

Fernando Andrade Alves

Júlia Flores Schütt

Luciana Cano Casarotto

Mário Cavalheiro Lisboa

Marcio Abreu Ferreira da Cunha

Roberto Carmai Duarte Alvim Junior

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento

Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento

CEP 90430-001 – Porto Alegre (RS)

core@corecomunicacao.com.br

(51) 3017-1284

REPORTAGEM

Catia Bandeira (MTB 7.212)

Lucas Rivas (MTB 16.177)

Leonardo Duarte

EDIÇÃO E REVISÃO

Ana Cassia Hennrich

Rodrigo Rodembusch (MTB 9.143)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento / Prana Design & Cultura

R. Nova Divineia, 70 – Cx. Postal 01 – Village

CEP: 88780-000 – Imbituba (SC)

rafael.sarmento@pranacultura.com

(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Editora São Miguel

Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo

CEP 90230-010 – Caxias do Sul (RS)

(54) 3220.3232

TIRAGEM

1.500 exemplares



Carta ao leitor

Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

Prezado leitor, prezada leitora,

É com grande satisfação que compartilhamos a 12ª edição da Revista Réplica em um momento de reflexão e renovação para todos nós. No período eleitoral para a escolha do procurador-geral de Justiça, o cenário se agita com propostas e expectativas, sendo essencial que, como instituição, possamos encarar os desafios com um olhar crítico e adaptativo.

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), como uma entidade viva, está em constante transformação. Reconhecemos a necessidade permanente de revisar nossas rotas e de estarmos atentos aos anseios da nossa classe, que abrange desde os mais novos até os aposentados e pensionistas, passando por todos que fazem parte desta história. É por meio do diálogo aberto e da escuta ativa que podemos moldar uma gestão inovadora, com o objetivo de atender às necessidades de todos, sem deixar de valorizar nossas tradições.

Estamos, neste início de gestão, com o compromisso de construir um futuro que represente a força e a unidade de todos que compõem o Ministério Público. Nosso trabalho é pautado na adaptação, no crescimento contínuo e, principalmente, na humildade de reconhecer que nossa Instituição, embora sólida, está em constante evolução.

Nesse contexto, em uma reportagem especial, abordamos os desafios enfrentados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, como o orçamento restrito, a alta rotatividade e as dificuldades em reter talentos, fatores que impactam diretamente a carreira e a qualidade dos serviços prestados. Demos voz aos membros da Instituição, que compartilharam suas expectativas ao ingressar no MP, assim como as conquistas alcançadas ao longo de suas trajetórias. Esses relatos refletem o sentimento de classe e retratam o desenvolvimento profissional e as vitórias asseguradas ao longo do caminho. Que este espaço sirva para ampliar o debate e fortalecer nosso compromisso com uma gestão transparente e participativa.

Visitando as demais páginas, destacamos a adesão dos novos promotores à AMP/RS e os principais serviços oferecidos pela Associação, além do papel fundamental da Fundação Escola do Ministério Público (FMP), braço educacional da entidade. Jornalistas políticos aprofundaram os desafios da AMP, e destacamos os benefícios da Licença Compensatória. A reflexão entre os membros também se faz presente com artigos de Mário Cavalheiro Lisboa, Cláudio Brito e Cleonice Rodrigues Aires, pela primeira vez, abrillantando a coluna itinerante de opinião.

Boa leitura e reflexão.

Atenciosamente,

Fernando Andrade Alves

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Posse dos novos promotores de Justiça consolida papel institucional da AMP/RS

Recorde de associados reforça a representatividade e o apoio contínuo aos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul



MPRS dá posse a 33 novos promotores, assegurando titulares em diversas Promotorias do Estado.

Na noite de 18 de fevereiro de 2025, a cerimônia de posse de 33 novos promotores de Justiça aprovados no 50º concurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) marcou um momento de renovação e fortalecimento para a Instituição. O evento, realizado no auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do MPRS, celebrou o ingresso dos novos membros ao Ministério Público Gaúcho, somando-se aos 34 promotores que haviam tomado posse em novembro do ano anterior. O preenchimento desses cargos não apenas assegura a presença de titulares em todas as promotorias de entrância inicial do Estado, mas também reforça o fortalecimento da classe.

Com a posse dos novos membros, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) alcançou uma marca histórica. A adesão de novos promotores ainda durante o curso

preparatório fez o total de associados chegar a 1.077, sendo 709 membros ativos. Esse crescimento consolidou a AMP/RS como uma das mais destacadas Associações do Ministério Público do País, reunindo 99,16% dos membros ativos do MP Gaúcho.

A vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Camargo Teixeira, destacou que, embora a maioria dos associados seja membro ativo, a missão da entidade é acolher e representar todos os associados, independentemente do estágio da profissão. "A AMP/RS reúne membros do Ministério Público em diversas fases da carreira, incluindo promotores, procuradores, aposentados e até aqueles que se associam devido ao falecimento de um familiar. Nosso compromisso é acompanhar todos, desde a entrada até a aposentadoria, garantindo que cada um tenha voz e que seus interesses sejam defendidos", afirmou.

Números da AMP/RS

Total de associados: **1.077**
Membros ativos: **709**
Jubilados: **234**

Pensionistas: **101**
Outros associados: **33** (incluindo membros do 5º Constitucional)

Maura Lelis, promotora de Justiça natural de Santana do Araguaia, no Pará, que tomou posse em novembro de 2024 e atualmente desempenha as atividades em Rosário do Sul, compartilhou as razões que a levaram a se associar à AMP/RS. "Para mim, a associação foi uma escolha natural. Durante nossa atuação, enfrentamos desafios inesperados, especialmente no que diz respeito às prerrogativas e à atuação no Tribunal do Júri. O trabalho do promotor exige suporte institucional, e a AMP/RS se mostra uma parceira, sempre pronta a nos apoiar", afirmou Maura.

AMP/RS: Uma associação acolhedora

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) reafirmou seu compromisso com a integração e o apoio aos membros ao organizar visitas institucionais para recepcionar os novos promotores aprovados no 50º concurso do Ministério Público Gaúcho. Durante os encontros, os recém-ingressados puderam conhecer os benefícios exclusivos da AMP/RS, além da infraestrutura de ponta, que inclui flats para hospedagem, espaços para reuniões e convivência e a sede campestre com áreas de lazer e eventos. Também foram apresentados os serviços oferecidos pela entidade. Entre os benefícios destacados estão a infraestrutura moderna, assistência financeira e médica, opções de hospedagem e lazer para os associados.

Além do evento, a entidade foi responsável pela produção da Carteira Funcional, documento atualizado com atenção à flexão de gênero, reforçando a representatividade de promotores e promotoras.

Para a vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Camargo Teixeira, o diferencial da entidade não se restringe a uma estrutura consolidada e à expressiva representatividade entre as associações do País. "A AMP/RS não se fortalece apenas por sua tradição, mas pela sua capacidade de renovação e pelo compromisso constante com seus membros. A cada nova turma, reafirmamos a importância do espírito coletivo e do apoio mútuo dentro da nossa instituição", destaca.

O papel da AMP/RS, segundo a vice-presidente, é estar ao lado dos promotores e promotoras em diferentes momentos vividos dentro do Ministério Público. A entidade atua na defesa institucional, na assessoria jurídica, em procedimentos disciplinares e na garantia de direitos, suporte em questões pessoais, como saúde e família. Para fortalecer esse vínculo, incentiva a participação ativa dos associados em iniciativas como as Semanas do Ministério Público e visitas institucionais, além de manter presença constante da presidência e vice-presidência junto à classe.

"A carreira no Ministério Público traz grandes realizações, mas também desafios significativos. Nosso compromisso é garantir que cada associado tenha na AMP/RS um espaço de acolhimento e parceria, onde possa contar com suporte institucional em qualquer momento da vida pessoal ou profissional", ressalta Karine.

A promotora de Justiça Maura Lelis destacou o acolhimento e o apoio oferecidos pela AMP/RS desde o início da trajetória no Ministério Público. "A Associação preparou tudo para nos receber, com toda a equipe disponível para apresentar a atuação de cada setor. Foi ótimo para nós, que estávamos começando, nos sentirmos acolhidos e saber que podemos contar com eles para qualquer necessidade. É uma entidade em que realmente podemos confiar", afirmou.

Maura também reforçou a importância desse suporte na fase inicial da carreira. "A Associação desempenha um papel de referência, especialmente para os que estão

ingressando, ao esclarecer como os procedimentos são realizados, algo que é totalmente novo para nós", destacou. ■



BENEFÍCIOS

Confira todos os serviços oferecidos pela AMP/RS no Guia do Associado, acessando pelo QR code



FMP: Quatro décadas de inovação e compromisso com a formação jurídica

A trajetória de uma instituição que une tradição, transformação e excelência acadêmica



Foto: Giancarlo Barzi / FMP

À frente da FMP, Luciano de Faria Brasil é uma referência de liderança e compromisso no ensino jurídico.

Comemorando 40 anos de excelência no ensino jurídico, a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) consolidou-se como uma das principais instituições educacionais do Brasil, desempenhando um papel fundamental na formação de juristas, promotores e juízes. Instituída em 1983 pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), a FMP não somente acompanhou a evolução do cenário jurídico, mas também foi pioneira em sua abordagem pedagógica e na oferta de cursos especializados que atendem às novas demandas da sociedade.

“Desde o início, a nossa missão foi clara: oferecer uma formação jurídica de alto nível, que não apenas preparasse os alunos para o mercado, mas que também contribuísse para o aperfeiçoamento das instituições e da sociedade na totalidade”, afirma o presidente da FMP, Luciano de Faria Brasil. O promotor de Justiça relembra a trajetória da instituição, que, em seus primeiros anos, já demonstrava um compromisso contínuo com a qualidade e com a inovação no ensino do Direito.

O trabalho da FMP, no entanto, não se restringe às salas de aula. Brasil destaca o esforço constante da instituição em oferecer uma formação integrada e de vanguarda. “Hoje, continuamos a expandir nossa grade curricular, incorporando novas áreas de estudo como Direito Digital e Inteligência Artificial, fundamentais para os desafios contemporâneos que os profissionais da área jurídica enfrentam”, explica o presidente.

A capacidade de adaptação constante às exigências do mercado e o lançamento de cursos inovadores fizeram da Fundação uma referência em todo o Brasil. Nos anos 1990, a instituição se destacou ao criar o primeiro programa de pós-graduação em Direito da Criança e do Adolescente, antecipando as necessidades do setor jurídico. “À medida que as questões sociais se intensificaram, a FMP se ajustou, oferecendo programas atualizados como Direito Ambiental, Saúde e Urbanismo”, ressalta o diretor da Faculdade de Direito da FMP, Mauro Luis Silva de Souza.

Braço educacional da AMP/RS

A FMP mantém uma ligação especial com a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, já que a própria AMP/RS foi a fundadora da instituição. Essa parceria estratégica é essencial para a Escola, pois todas as demandas do Ministério Público são tratadas com uma atenção particular, sobretudo as relacionadas ao apoio educacional. “A nossa conexão com a Associação é uma das principais razões para o nosso sucesso. Ela não só fundou a FMP, como continua a orientar nossas ações e cursos, ajudando-nos a alinhar nossa grade educacional com as reais necessidades da contemporaneidade e da instituição”, ressalta Luciano de Faria Brasil.

Compromisso com a excelência acadêmica

Nos 40 anos de história da FMP, o compromisso com a excelência acadêmica nunca foi negociado. “Fomos a primeira Fundação do Ministério Público e hoje somos consultados por escolas de todo o Brasil. A nossa experiência é modelo e inspiração para muitos”, afirma o diretor Mauro Souza. A Fundação, desde sua criação, tem sido uma escola de pioneirismo, inovando na forma de ensinar e formar profissionais comprometidos com a transformação social.

Além da excelência no ensino jurídico, a FMP sempre se preocupou em democratizar o acesso à educação, oferecendo programas de bolsas de estudo e realizando parcerias com órgãos como o Tribunal de Justiça e a Polícia Civil, ressalta Luciano de Faria Brasil. “Investimos em programas de bolsas e parcerias institucionais para garantir que mais pessoas tenham oportunidade de se especializar. O conhecimento jurídico deve estar acessível a todos que têm o sonho de atuar na área.”

Olhar para o futuro

O futuro da FMP também passa pela expansão e pela internacionalização. A busca por parcerias com instituições estrangeiras e o investimento em novos formatos de ensino, como cursos híbridos e online, são fundamentais para que a FMP continue a ser uma referência nacional e internacional. Atualmente, a instituição mantém parceria com a Università Roma Tre, na Itália, e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal. Além de promover intercâmbios entre alunos, a colaboração técnica viabiliza a realização de eventos, com a participação de professores estrangeiros em congressos no Brasil e vice-versa.

“O objetivo é expandir nosso impacto, sempre mantendo o compromisso com a qualidade e com a formação de profissionais que contribuam para uma sociedade mais justa e equilibrada”, conclui o presidente Luciano Brasil.

Educação como direito fundamental

Mauro Souza destaca que, apesar dos desafios enfrentados pelo setor educacional, a FMP mantém firme sua crença na educação de qualidade. “A FMP é uma instituição de ensino superior que tem,

acima de tudo, um compromisso com a educação de qualidade. Não se trata de mercadoria, mas de um direito essencial para o desenvolvimento do País”, afirma o diretor, reforçando a missão da instituição em oferecer uma formação que vai além do técnico, mas também prepara os alunos para os desafios sociais e éticos que irão enfrentar em suas carreiras.

A trajetória da FMP é um exemplo claro de como uma instituição de ensino pode ser moldada pela inovação, pela qualidade e pela constante adaptação às necessidades da sociedade. Ao longo destas quatro décadas, a FMP formou mais de 15 mil profissionais que não somente compreendem o Direito, mas também estão preparados para transformá-lo, atuando de maneira ética e inovadora.

FMP EM NÚMEROS

- Em 2025, são **700 alunos** distribuídos em **20 turmas de graduação em Direito**
- Atualmente, **mais de 13 mil alunos** cursam pós-graduação
- **40 professores**
- Mais de **130 funcionários**
- Desde a fundação, **cerca de 15 mil alunos já se formaram** em cursos de graduação, pós-graduação e mestrado na FMP

Direito e Pós-Graduação na FMP

Além da graduação em Direito, a FMP oferece 20 cursos de pós-graduação, com 18 na modalidade EAD e 2 presenciais, em diversas áreas.

Pós-Graduação EAD

- Direito Civil e Processo Civil
- Direito de Família e Sucessões
- Direito Penal e Processo Penal
- Direito Administrativo e Gestão Pública
- Direito Digital, Cybersecurity e Inteligência Artificial
- Direito e Processo Tributário
- Direito e Processo do Trabalho
- Direito e Prática Previdenciária
- Direito e Negócios Imobiliários
- Direito Agrário e do Agronegócio
- Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil
- Direito Público
- Métodos Autocompositivos e Neurociência
- Direito Ambiental e Urbanístico
- Direito Médico e da Saúde
- Proteção de Dados: LGPD & GDPR
- Direito Eleitoral
- Direito da Criança e do Adolescente

Pós-Graduação Presencial

- Direito Civil e Processo Civil
- Direito de Família e Sucessões



“Preservar a autonomia do Ministério Público é garantir justiça para todos”, defende Fernando Andrade Alves

Novo presidente da Associação do Ministério Público do RS destaca os planos para fortalecer a atuação dos promotores e a transparência na reconstrução do Estado

Eleito presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) para o biênio 2024-2026, Fernando Andrade Alves concedeu uma entrevista à Revista Réplica, na qual compartilhou os principais desafios e caminhos que pretende seguir à frente da AMP/RS. Com um olhar atento tanto ao presente quanto ao futuro, ele destaca o trabalho como o principal ativo dos promotores e procuradores de Justiça, defendendo a classe em diversas esferas e com foco em fortalecer a profissão em todos os aspectos.

Natural de Canela, Fernando Alves é promotor de Justiça desde 2011, tendo construído sua trajetória no Ministério Público. Antes de ingressar na carreira, atuou como agente administrativo e assessor jurídico na Instituição. Com mais de 10 anos de experiência na AMP/RS, ocupou cargos-chave, como tesoureiro e vice-presidente, o que o preparou para liderar a entidade com conhecimento e compromisso com a classe.

Durante a entrevista, Fernando Alves foi questionado pelos principais jornalistas políticos do Estado, que indagaram sobre os seus planos e desafios para os próximos anos na liderança da AMP/RS.



Taline Oppitz – Colunista do Correio do Povo e apresentadora da Rádio Guaíba

Após a maior tragédia climática de sua história, o Rio Grande do Sul está em processo de reconstrução, com uma série de ações e bilhões em recursos extraordinários envolvidos. Nesse cenário, o papel fiscalizatório do Ministério Público é fundamental para garantir a transparência, a aplicação correta das verbas e a prevenção de casos de corrupção. Como a AMP/RS tem colaborado com o MP para fortalecer o trabalho dos promotores que atuam diretamente neste processo de reconstrução e na fiscalização do serviço público?

A nossa missão na AMP/RS é fortalecer a atuação do Ministério Público, garantindo que nossos membros tenham acesso às ferramentas e ao conhecimento necessários para atuar de maneira eficiente e assertiva. Isso é especialmente relevante no contexto atual de reconstrução do Estado, em que recursos extraordinários estão sendo aplicados. Por meio do Núcleo de Inovação e Tecnologia, temos disponibilizado ferramentas inovadoras, além de promover debates e eventos como a Semana do Ministério Público. Também levamos essas

questões ao público por meio da nossa revista, que visa esclarecer o papel do MP na sociedade e refletir sobre a importância de suas ações. Criamos um elo direto entre a academia e a prática do Ministério Público, fortalecendo o controle social e, conseqüentemente, a aplicação correta dos recursos públicos, fundamental para a transparência e a prevenção de corrupção.



Igor Müller – Diretor de Redação do Grupo Sinos

A desinformação é um problema crescente no País e, infelizmente, aqui no Rio Grande do Sul não é diferente. Como liderança da Associação do Ministério Público, como o senhor avalia que o Ministério Público e os promotores, no dia a dia das suas respectivas comarcas, podem contribuir para, ao menos, diminuir essa 'epidemia'?

A desinformação é um dos maiores desafios da sociedade atual. Como líderes da AMP/RS, buscamos fortalecer a comunicação tanto interna quanto externa, garantindo que sejamos uma fonte confiável de informações. Para isso, incentivamos que os promotores de justiça sejam consultados antes de qualquer divulgação sobre suas atuações, garantindo que as informações sejam claras e precisas. Além disso, é importante lembrar que a liberdade de expressão não deve ser usada como justificativa para ofensas. Estamos comprometidos em combater a desinformação e, por isso, participamos da campanha "Diga Não à Mentira", em parceria com outras entidades do sistema de Justiça, para reforçar o compromisso com a verdade e a integridade das informações divulgadas.



Deivison Ávila – Editor do Jornal do Comércio e do Caderno Especial "Jornal da Lei"

Além da proteção à classe, quais as contribuições sociais que a Associação do Ministério Público tem no horizonte para o ano de 2025?

A AMP/RS se dedica à defesa da classe, mas nossa atuação vai muito além disso. Criamos o Fundo de Apoio a Tragédias Climáticas e Sociais, que já recebeu mais de 5 mil doações, sendo um canal de apoio para ações sociais. Estamos buscando parcerias com outras entidades para ampliar essa atuação, como exemplos a Associação das Vítimas da Boate Kiss e a ViaVida. Nosso objetivo é mostrar à sociedade o impacto do trabalho do promotor no dia a dia das pessoas, em grandes cidades e pequenas comunidades, ajudando a garantir o funcionamento adequado do sistema de justiça, fiscalizando o cumprimento das leis e a atuação do Poder Público. Estamos abertos a novas parcerias, sempre com o intuito de estreitar a relação com a sociedade e ampliar nossa atuação social.



Guilherme Macalossi – Gerente de jornalismo da Rádio Bandeirantes e BandNews FM Porto Alegre

Em seu mais recente Índice de Percepção da Corrupção, a ONG Transparência Internacional apontou que o Brasil ocupa uma posição constrangedora entre as nações pesquisadas. Atualmente, está em 107º lugar entre 180 países analisados, com apenas 34 pontos de 100 possíveis. É a pior posição do País desde que o ranking foi criado há 12 anos. A que o senhor atribui essa queda preocupante e qual é a visão da Associação do Ministério Público para a melhoria desse desempenho?

A queda no Índice de Percepção da Corrupção é preocupante, pois reflete as dificuldades em áreas essenciais como transparência e governança. A AMP/RS acredita que esse retrocesso está ligado à falta de políticas públicas eficazes no combate à corrupção e ao enfraquecimento dos órgãos de controle responsáveis pela fiscalização do uso de recursos públicos. Observamos um movimento, ao longo do tempo, para reduzir as ferramentas de combate à corrupção, como a diminuição das bases legais para ações de improbidade, o que enfraquece o controle sobre as verbas públicas. Nosso papel na AMP/RS é atuar contra essas tentativas de enfraquecer o Ministério Público, defendendo a autonomia da Instituição e sua capacidade de fiscalizar e garantir justiça.



Paulo Egídio – Repórter de Política de ZH e GZH

Qual a sua avaliação sobre o quadro atual de membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul? O número de promotores e procuradores é suficiente para atender todas as comarcas? Em caso negativo, qual seria o reforço necessário?

Atualmente, o Ministério Público enfrenta uma sobrecarga de trabalho devido a cargos vagos e ao aumento do volume de processos, especialmente com a implementação do processo eletrônico. Existem 231 cargos vagos em todo o Estado, o que representa cerca de um terço da força de trabalho. Isso tem gerado uma pressão adicional sobre os promotores, que precisam assumir responsabilidades

“A nossa missão na AMP/RS é fortalecer a atuação do Ministério Público, garantindo que nossos membros tenham acesso às ferramentas e ao conhecimento necessários para atuar de maneira eficiente e inovadora. Isso é especialmente relevante no contexto atual de reconstrução do Estado, em que recursos extraordinários estão sendo aplicados.”

em outras unidades e cobrir as vagas em aberto. Mesmo com essa sobrecarga, o Ministério Público do Rio Grande do Sul entrega um trabalho de excelência, com compromisso à sociedade gaúcha. A solução para essa situação é o reforço da equipe, por meio de novos concursos e da nomeação de promotores, especialmente nas áreas mais críticas. Também é essencial fortalecer os quadros auxiliares e as equipes de apoio, para garantir que o trabalho seja realizado com a qualidade que a sociedade espera. ■



Licença Compensatória: um passo importante para o Ministério Público Estadual

Medida é fundamental para garantir o reconhecimento e a valorização aos membros do MP

Desde 2022, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) tem trabalhado para garantir a implementação da Licença Compensatória, um direito já conquistado por outras unidades do Ministério Público no Brasil. Esse avanço foi reconhecido no final de 2024, sendo concretizado em março de 2025. A licença representa uma conquista importante para os membros do MP gaúcho, que, frequentemente, acumulam responsabilidades além de suas funções sem a devida compensação. A medida visa corrigir esse desequilíbrio, aproximando o MP do Rio Grande do Sul das práticas adotadas em outros estados.

Atento a esse tema, o assessor especial da AMP/RS, promotor de Justiça Cristiano Ledur, afirma que essa medida é fundamental para corrigir distorções entre os profissionais que atuam diretamente no sistema de justiça. "A Licença Compensatória, derivada da Gratificação de Acervo, não é apenas uma compensação pelo acúmulo de trabalho, mas um devido reconhecimento pelo esforço dos promotores e procuradores, que muitas vezes assumem mais responsabilidades do que seria esperado, sem a efetiva recompensa pelo labor executado. Ela vai valorizar esses

colegas e garantir que continuem motivados a atuar com o mesmo compromisso e excelência", destaca.

O que é a Licença Compensatória e como funciona?

A Licença Compensatória surge da conversão da Gratificação de Acervo, um benefício criado para compensar o trabalho extra realizado pelos membros do MP, acima da carga de trabalho ordinária. A partir de março de 2025, essa gratificação deixará de ser remuneratória e passará a ter caráter indenizatório, ou seja, poderá ser convertida em licença. O membro do MP poderá optar por transformar três dias de acervo em um dia de licença, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ministério Público. Isso permitirá que o trabalho adicional seja reconhecido de forma prática, podendo ser convertido em tempo de descanso ou em compensação financeira, sem ultrapassar o teto constitucional.

Ao adotar essa medida, a administração pública poderá remunerar adequadamente o trabalho extra, sem que isso impacte o teto constitucional, pois a gratificação terá natureza indenizatória. Isso representa uma grande conquista para os

membros do MP, além de permitir uma gestão mais eficiente dos recursos.

Corrigindo distorções

A Licença Compensatória tem sua origem na Gratificação de Acervo (GA), que foi criada para reconhecer o esforço extra dos membros do MP e do Judiciário. Com o tempo, essa gratificação foi adotada em grande parte do Poder Judiciário e do Ministério Público brasileiro, sendo recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo Judiciário gaúcho como passível de conversão em Licença Compensatória.

Antes da implementação dessa conversão, a Gratificação de Acervo, em cargos de entrância final e segundo grau, ultrapassava os limites do teto constitucional, o que impedia o pagamento integral do benefício. Com a Licença Compensatória, corrige-se essa distorção. Além disso, a medida permitirá o pagamento por substituições e acúmulos de funções, que, muitas vezes, não eram remunerados devido a essa restrição. Assim, o trabalho adicional poderá finalmente ser recompensado.

A implementação é um desafio vencido. Embora a Licença Compensatória já tenha sido regulamentada em outros Estados, o Rio Grande do Sul foi um dos últimos a adotar essa medida devido a desafios burocráticos e orçamentários. A resistência inicial foi superada com muito esforço da AMP/RS, que, após uma mobilização contínua, conseguiu a aprovação em dezembro de 2024.

Cristiano Ledur ressalta a importância da medida: "A partir de março de 2025, vem sendo um passo importante não apenas para os integrantes do MP, mas também para a sociedade. É necessário que o MP gaúcho, reconhecido pela excelência de seus quadros, busque oferecer condições de trabalho e remuneração iguais às dos demais MPs. Não faz sentido ter um sistema remuneratório diferenciado no RS quando o restante do Brasil adota um sistema diverso. Isso também levou o Estado a ocupar as piores colocações no quadro de remuneração nacional. A implementação da licença compensatória garantirá um sistema de justiça mais eficiente, com profissionais mais motivados e melhores condições de trabalho", reforça.

Para o Ministério Público, a Licença Compensatória significa um compromisso renovado com a justiça e com os seus profissionais. Ela representa um avanço na valorização dos membros do MP, que frequentemente desempenham funções essenciais sem o devido reconhecimento. O trabalho extra, muitas vezes realizado sem qualquer compensação financeira, será agora adequadamente remunerado ou compensado com tempo de descanso.

Para a administração pública, a medida oferece uma solução estratégica. Ao permitir que os membros escolham entre uma compensação financeira ou a licença, o MP poderá reduzir o estresse e o desgaste emocional dos seus profissionais. Isso, por sua vez, aumentará a eficiência e a produtividade, melhorando a saúde e o bem-estar dos servidores.

A Licença Compensatória é, portanto, uma medida que beneficia tanto os integrantes do MP quanto a administração

pública e, em última instância, a sociedade. Ao implantá-la, o Ministério Público do Rio Grande do Sul se alinha às práticas adotadas em outros Estados, garantindo melhores condições para os profissionais e tornando a carreira mais atrativa para quem deseja ingressar na instituição.

CONAMP reforça compromisso com aposentados

A valorização dos membros aposentados do Ministério Público tem ganhado atenção redobrada no cenário nacional. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) está à frente de um movimento estratégico que visa combater a crescente disparidade de direitos e benefícios entre membros ativos e jubilados, realidade que se evidencia em diversos Estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

A Comissão Nacional de Aposentados e Pensionistas da CONAMP vem atuando para corrigir distorções históricas e assegurar justiça remuneratória. Entre as principais medidas em debate, destaca-se a defesa intransigente da paridade remuneratória como princípio essencial de isonomia e respeito institucional. O objetivo é garantir que os aposentados não fiquem à margem dos avanços conquistados pelos colegas da ativa, reconhecendo a importância do equilíbrio salarial como instrumento de valorização de quem dedicou décadas à construção do Ministério Público.

Outro ponto que mobiliza esforços da entidade é a correção dos passivos acumulados nos Estados. Em muitos deles, jubilados vêm recebendo valores inferiores aos pagos aos ativos, reforçando a necessidade de atuação efetiva em prol de um tratamento igualitário nas verbas passivas. A CONAMP defende que todos os membros do MP, independentemente de sua condição funcional, tenham acesso à mesma base de cálculo e sejam tratados com equidade.

O assessor especial da AMP/RS, Cláudio Barros Silva, reforça que essas e outras propostas serão amplamente discutidas nas Associações, na CONAMP e, especialmente, no Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro, que ocorrerá em maio, naquele Estado. O encontro será uma oportunidade estratégica para fortalecer o debate sobre os direitos dos aposentados e consolidar diretrizes que assegurem a preservação da dignidade e da memória institucional desses profissionais.

"É a primeira vez, na história do Ministério Público, que testemunhamos uma quebra real da paridade remuneratória entre membros ativos e aposentados. Não se trata apenas de números, mas de respeito àqueles que ajudaram a construir esta Instituição ao longo de décadas e do cumprimento das normas constitucionais e das leis que regem sua organização", pontua.

A atuação da CONAMP reforça que a pauta dos jubilados está longe de ser negligenciada. Ao contrário, está no centro das prioridades do movimento associativo nacional, como parte de um compromisso contínuo com a valorização dos que contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento da Instituição. A defesa da paridade não é apenas uma reivindicação legítima, mas um gesto de reconhecimento e justiça a todos que deixaram um legado no Ministério Público brasileiro. ■

“Doutor, o prazo vence hoje”

Excesso de trabalho pressiona promotores, que, mesmo assim, mantêm-se firmes na preservação da legitimidade social conquistada



Leonardo Duarte / AMP/RS

Mesmo se dedicando ao máximo, promotores têm a percepção de que não conseguem vencer as demandas.

O Ministério Público é um reflexo da sociedade na qual está inserido. Amalgamado pelas pessoas, é um ente vivo, em permanente transformação, refletindo avanços e retrocessos, ascensos e descensos. Imutável e inquebrantável é a importância para o cidadão e a coletividade. Na noite que antecedeu a primeira audiência na carreira, em 2004, o promotor Érico Rezende Russo teve aquele inquietante pensamento se iria gostar da profissão. “Quando me sentei na sala de audiência, eu vi que eu estava defendendo a vítima, estava do lado certo, da Justiça”, relembra. Espirituoso, o pelotense de 47 anos, complementa com mais um olhar da vida prática: “Sempre digo para as pessoas que me procuram na promotoria e pedem desculpa por incomodar que eu ganho para me incomodar com o problema dos outros e para fazer o bem.”

Motivação similar também impulsiona a promotora de Justiça Lais Saboia Souto. Paranaense radicada em São Paulo por 15 anos, ela aguardava com ansiedade o telefonema que a avisaria para vir assumir o cargo de promotora no interior do Rio Grande do Sul. Lais credits esse sentimento às expectativas criadas ainda no período de provas ao MP, quando conheceu a promotora do MPRS Sabrina Cabrera. “Ela falava com tanto carinho da Instituição, com tanto respeito, que, mesmo atuando há alguns anos, ainda tinha aquele brilho no olhar, aquela vontade de fazer a diferença, que muito me fez querer integrar o MPRS”, conta a profissional lotada na 1ª Promotoria Criminal da escaldante São Borja. Mesmo que Érico e Lais tenham trajetórias distintas e também

vivam momentos igualmente diferentes na carreira, quando falam sobre as dificuldades do cotidiano, o excesso de trabalho recebe significativa ênfase. Mais uma vez, a inexorável conexão com a sociedade contemporânea e suas complexidades impacta a atividade. Érico relata que a virtualização exibe uma face complicada: “O processo eletrônico não para. Hoje, tu fazes uma manifestação e no outro dia está de novo para a gente se manifestar. Há vencimento de prazo, com alguém – seja o assessor ou o estagiário – sempre a lembrar ‘Doutor, o prazo vence hoje.’”

Lais corrobora o colega com uma comparação que remete a um sufocamento. “Mesmo com a dedicação de todos, realmente é frustrante não conseguir vencer e enfrentar um sentimento de asoerbarbamento, agravado pelo fato de as demandas terem uma relevância social inestimável. É muito triste fechar o dia, fechar as semanas com a sensação de que estou nadando no mesmo lugar”, compara.

Conforme o Anuário do Ministério Público Brasil 2024, lançado pela editora Consultor Jurídico, os Ministérios Públicos — estaduais, Federal, do Trabalho e Militar — ofereceram 500 mil denúncias em 2023. O volume representa um aumento de 8,36% em relação ao ano anterior. Os 27 MPs estaduais assinaram 237 mil acordos em 2023, sendo 230 mil na área criminal e 7 mil na cível. Os atendimentos ao público totalizaram 4,2 milhões.

A falta de “paridade de armas” diante do Judiciário, como coloca Lais, aumenta a capacidade e o tamanho desse Poder de enviar demandas. “Nesse aspecto, desde 2004, quando entrei no MP, houve uma evolução quando passamos a contar com um assessor e dois estagiários, porém hoje ocorre uma situação de estagnação”, complementa Êrico.

A própria sobrecarga impacta ainda na falta de tempo para debates e estudos e no aprofundamento e qualificação das atividades cotidianas, como na produção de peças e pareceres. “O trabalho massivo acaba também nos diminuindo intelectualmente, e isso é um problemão”, pondera Êrico.

Junte-se a isso, outros fatores como a falta de servidores e o excesso de controle dos órgãos fiscalizadores, tanto internos quanto externos. “Claro, tem que ter cobrança, é necessário. As pessoas confiam no MP, é uma instância resolutive. Só que isso também está nos matando porque as pessoas migram com todo o tipo de problema para o MP. E o promotor tem que atender e dar uma destinação. Às vezes, são situações que nem seriam atribuições nossas, mas que nos demandam tempo para desdobrar. Há um excesso de relatórios e de comunicações que trava o próprio funcionamento do trabalho”, exemplifica Êrico sobre a questão dos controles que mantêm sob o jugo da pressão o promotor e a assessoria.

Esse cenário como um todo origina uma tensão, uma bomba, que, em alguns casos, explode em problemas de saúde. “É impressionante porque são situações de Burnout”, destaca

Êrico, que, pessoalmente, consegue se sentir calmo e controlado por uma questão de temperamento.



Lais Saboia Souto, promotora de justiça.

Foto: Arquivo Pessoal

“Dignidade passa pela remuneração”

Um outro ponto sensível é o subsídio. A percepção geral da classe é de remuneração defasada, não condizente com a responsabilidade da função. “Quando entrei, em 2004, a expectativa era mirar nas decisões da sociedade, promovendo a justiça, com salário digno e condizente com o cargo. E a dignidade também passa pela remuneração”, resume o promotor de Justiça Êrico Rezende



Êrico Rezende Russo, promotor de justiça.

Foto: Arquivo Pessoal

Russo. A desatualização dos subsídios fez com que a situação do quadro no Rio Grande do Sul não acompanhasse a realidade de outros Ministérios Públicos Estaduais. Conforme a Comissão de Estudos constituída pela Associação do Ministério Público (AMP/RS) depois de uma reunião da Diretoria Ampla realizada em setembro de 2024, o MPRS tem a pior remuneração do Brasil.

Após semanas de trabalho, a Comissão concluiu um documento de 77 páginas que contempla mais de uma dezena de itens – como natureza dos créditos do adicional por tempo de serviço; pagamento do passivo com deságio; teto; compensação tributária com o imposto de renda; verba autônoma de valor equivalente à parcela denominada de licença compensatória ou gratificação de acervo processual (leia mais sobre o assunto nas páginas 10 e 11); acervo indenizatório; e, em relação aos aposentados, garantia à paridade e à integralidade após a Emenda Constitucional nº 41/2003. Em todos os aspectos detalhados, a Comissão apresenta sugestões de caminhos e iniciativas “extremamente plausíveis e realizáveis”. Assinado por seis membros da AMP/RS, entre promotores da ativa, procuradora e procurador aposentado, as considerações se encerram com a seguinte expectativa: “Que tenhamos confiança nas soluções que poderão advir do difícil trabalho apresentado com o fim de superarmos as nossas dificuldades.”

Crescimento perante a sociedade trouxe a conquista da legitimidade social

Ao longo de quase cinco décadas, desde quando assumiu a primeira comarca, em 1979, a procuradora de Justiça aposentada Jacqueline Rosenfeld testemunhou a crescente integração da Instituição às necessidades da sociedade com o progressivo fortalecimento da credibilidade de sua atuação. Ela considera que o MPRS foi se agigantando em suas atribuições, trazendo para si muitos e inúmeros desafios. “Evidente que existem as frustrações nos objetivos, mas o Ministério Público se mostra sempre muito guerreiro, encontrando caminhos para proteger a sociedade. Exemplo atual desta atuação diferenciada, foi a conquista, junto ao Conselho Federal de Medicina, que o réu Leandro Boldrini, não pudesse mais voltar a atuar na área médica”, exemplifica a procuradora eleita Corregedora-Geral do MPRS em 2000, sendo a primeira mulher a assumir essa posição. Outro caso emblemático lembrado por ela foi a reversão perante a corte superior da decisão do caso da boate Kiss, quando o Supremo Tribunal Federal restabeleceu a decisão do Tribunal do Júri que havia condenado os quatro réus da Kiss e determinou o imediato recolhimento à prisão.

A promotora de Justiça Lais Saboia Souto destaca uma perspectiva positiva diante do momento de grande dinamismo na carreira, com movimentação e elevação de entrâncias, oportunidade de remoção, de promoção: “Isso é muito importante para que as pessoas se realoquem para onde elas desejam, para ficar com os entes queridos ou para morar onde quiserem mesmo.”

Em 15 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei Complementar nº 16.063, que promoveu a elevação de entrâncias em diversas Promotorias de Justiça no Rio Grande do Sul. Essa alteração reorganizou a classificação de várias comarcas no Estado. De entrância inicial para intermediária, foram elevadas 15 comarcas e de intermediária para final, 11.

A partir do prisma da área criminal, na qual sempre teve atuação destacada, Jacqueline enfatiza a relevância, cada vez maior, de integrar primeiro e segundo graus. “A interação entre o primeiro e segundo grau é necessária, sendo algo que merece ser incentivado porque dá consistência ao nosso trabalho”, defende a ex-presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Já o promotor de Justiça Érico Rezende Russo destaca a

reativação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) (GAECO). “Isso foi excelente, uma grande conquista, porque o crime organizado está muito grande, está querendo tomar conta do Estado. E esse trabalho mais especializado ajuda o promotor do Interior nas suas demandas, possibilitando um enfrentamento mais técnico para o crime”, justifica.

O Ministério Público Federal (MPF) instituiu, em 17 de fevereiro deste ano, o Grupo Nacional de Apoio ao Enfrentamento ao Crime Organizado (Gaeco) a fim de fortalecer a atuação da instituição no combate à criminalidade organizada de âmbito nacional e interestadual, prestando suporte especializado aos procuradores naturais na condução de investigações e na persecução penal. O novo grupo especializado do MPF busca ampliar a eficiência das ações institucionais contra organizações criminosas, de modo a garantir uma abordagem mais estruturada e integrada na repressão a crimes de grande complexidade e repercussão.

O Gaeco Nacional terá sede em Brasília (DF) e contará com 15 ofícios especiais, cujos titulares serão selecionados por meio de edital de chamamento e nomeados pelo procurador-geral da República (PGR), após aprovação do Conselho Superior do MPF. O mandato será de dois anos, com possibilidade de uma renovação por igual período. Membros em estágio probatório ou com pendências disciplinares não poderão concorrer.

O grupo contará com estrutura própria, com recursos humanos e materiais essenciais e equipe composta por servidores das áreas técnica e jurídica, garantindo suporte especializado para as investigações. A coordenação da estrutura será exercida por um subprocurador-geral da República, escolhido pelo PGR e aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF). O mandato será de um ano, podendo ser renovado por até três vezes.

A resolução permite a integração entre os Gaecos locais já existentes e a formação de Gaecos regionais. Dessa forma, unidades do MPF em estados vizinhos ou de uma mesma região poderão atuar de forma conjunta, otimizando recursos e ampliando o alcance das investigações. A relação entre as instâncias do Gaeco (nacional, regionais e locais) será pautada pela autonomia recíproca e cooperação, a fim de garantir que cada uma atue dentro de suas atribuições específicas.

Entre os principais crimes em que o Gaeco Nacional poderá atuar estão:

- crimes praticados contra o Estado Democrático de Direito;
- terrorismo e violações graves aos direitos humanos;
- crimes contra a Administração Pública, cometidos por organizações criminosas com repercussão nacional;
- infrações penais relacionadas a facções criminosas e milícias;
- crimes ambientais, como garimpo ilegal em terras indígenas;
- atuação criminosas com impactos interestaduais e internacionais.

Papel da AMP/RS junto ao associado se renova há mais de oito décadas



Foto: Divulgação / AMP/RS

Enfrentamento à PEC 5 ocorreu simultaneamente na Capital e em diversas comarcas do Estado.

A AMP/RS, em mais de 80 anos de existência, foi se adaptando às transformações globais, mas procurando manter sempre a relevância para os seus associados, uma “condutora dos reclamos e pretensões”, como qualificou a procuradora de Justiça Jacqueline Rosenfeld.

Ainda que tenha sido norteadora por esta defesa dos interesses e da integridade dos seus associados, o promotor de Justiça Érico Rezende Russo acredita que é desejável maior firmeza. “Óbvio, com urbanidade e respeito, mas uma postura compatível com o tempo que se vive. A AMP/RS é uma associação de classe, não sindicato, contudo é como se fosse um sindicato no sentido de resgatar e defender o promotor. Seja por meio de melhores condições de trabalho, melhor remuneração e maior valorização”, defende. Entre as ações da AMP/RS, duas em particular marcam Érico – o combate à PEC-37, que restringiria a capacidade investigativa do MP caso a Proposta de Emenda à Constituição tivesse sido aprovada, e a estruturação do Plano de Saúde.

Para a promotora de Justiça Lais Saboia Souto, os laços estabelecidos dentro do MPRS e da AMP/RS vão além de uma mera relação de trabalho, constituindo “uma grande família”. Ela lembra que, quando o colega Jair João Franz foi alvejado por 15 disparos em agosto de 2023, a Instituição e a Associação o auxiliaram e o protegeram. A própria Lais passou por uma situação que exigiu iniciativa da AMP/RS: “As intercorrências do serviço ocorrem. No meu caso, eu fui atacada no jornal da cidade na qual estou atuando. E, imediatamente, recebi o suporte tanto da Associação quanto do próprio Ministério Público para rebater as alegações que afrontavam a minha pessoa e o meu trabalho enquanto promotora de Justiça. Embora negativa pelas ofensas, a experiência foi muito positiva em relação ao apoio que eu recebi”. ■



“Eu vim para o interior de um Estado que eu não conhecia, para uma cidade que eu também não conhecia. Mas, se eu ficar doente, eu tenho com quem contar. Vejo vários colegas falando que não tem pretensão de voltar para o seu estado de origem, porque se sentem muito bem recebidos aqui. E é como eu me sinto. Aqui é o meu lugar, no Ministério Público do Rio Grande do Sul, na AMP/RS, a Associação Gaúcha de Promotores, aqui é o meu lugar.”

Promotora de Justiça **Lais Saboia Souto**



“Um dos principais diferenciais da época do meu ingresso no MP (1979) em relação ao momento atual é o entrosamento entre os colegas. Havia um isolamento natural pela dificuldade nas comunicações. Com o mundo virtual, podemos trocar ideias e vivências. Esta proximidade entre os colegas é preciosa. Contemplo esta conexão como um grande avanço.”

Procuradora de Justiça **Jacqueline Rosenfeld**



“Promover a justiça é uma profissão belíssima. Eu amo a profissão. Contudo, existem alguns aspectos periféricos que, às vezes, diminuem essa valorização.”

Promotor de Justiça **Érico Rezende Russo**

Jubileu de prata da Sicredi MP/RS

Paulo Natalício Weschenfelder¹
Henry Ribeiro²



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

A criação da Sicredi MP/RS teve início quando Antonio Carlos de Avelar Bastos, após incursões pelo Nordeste, onde conheceu o cooperativismo de crédito, idealizou a fundação de uma cooperativa de crédito voltada aos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Ele levou essa ideia a Delmar Pacheco da Luz, então presidente da AMP/RS, que, após análise e reflexão — no melhor estilo do gaúcho de Esmeralda (RS) —, abraçou o projeto e deu início a sua concretização. Para isso, foi criada uma comissão integrada por Antonio Carlos de Avelar Bastos, Edgar Luiz de Magalhães Tweedie e Werlei Rodrigues Alves Filho.

No dia 17 de novembro de 1999, foi fundada a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Sicredi MP/RS, em Assembleia Geral realizada no auditório do Ministério Público do Estado, então sediado na Rua Andrade Neves, 106, em Porto Alegre. A reunião contou com a presença de 29 fundadores, incluindo a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), única pessoa jurídica entre eles.

A estrutura organizacional da Sicredi MP/RS compreende a Assembleia Geral, órgão soberano integrado pelos(as) associados(as); o Conselho de Administração, composto por 11 membros, incluindo um presidente; a Diretoria Executiva, formada pelo diretor-executivo e pela Diretora de Operações; além de uma equipe profissional de colaboradoras e colaboradores.

Ao longo de seus 25 anos de existência, a Sicredi MP/RS foi presidida por Luiz Pedro Leite, Henrique Dias de Freitas Lima, Paulo Emílio Jenisch Barbosa, Agenor Casaril e, atualmente, pelo signatário deste texto.

Desde sua fundação, a Sicredi MP/RS tem pautado sua trajetória

na filosofia do cooperativismo. Como cooperativa de crédito, é uma associação livre e voluntária de pessoas, e não de capital, sem fins lucrativos, mas com objetivos econômicos e sociais, visando à melhoria das condições de vida dos(as) associados(as) e da comunidade por meio do esforço próprio e da ajuda mútua.

Os valores que norteiam a Sicredi MP/RS são os mesmos que fundamentam o cooperativismo: respeito à vida humana e sua qualidade, dignidade, liberdade, igualdade, equidade, fraternidade, solidariedade, democracia, tolerância, responsabilidade social, preservação do meio ambiente, sustentabilidade e ética.

Além disso, a cooperativa se sustenta nos princípios universais do cooperativismo, a saber: adesão voluntária e aberta; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e preocupação com a comunidade.

Como cooperativa de segmento, a Sicredi MP/RS tem como foco atender às necessidades dos integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul, proporcionando uma experiência relevante dentro do mercado financeiro. A cooperativa oferece aos seus(as) associados(as) um portfólio completo de soluções financeiras, além de consultoria personalizada voltada à gestão patrimonial do quadro associativo. Há 25 anos, a Sicredi MP/RS contribui para que seus associados construam um futuro financeiro sólido e realizem seus sonhos. ■

¹ Presidente da Sicredi MP/RS e membro do Memorial Dr. Sérgio da Costa Franco da AMP/RS.

² Diretor-executivo da Sicredi MP/RS.

INÍCIO DO CURSO DE INTRODUÇÃO À CARREIRA PARA NOVOS PROMOTORES

No dia 19 de fevereiro, o presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e o vice-presidente Administrativo e Financeiro, Henrique Rech Neto, participaram do café da manhã de boas-vindas oferecido aos 33 novos promotores de Justiça, antes do início do curso de introdução à carreira no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em Porto Alegre.



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

FORTELECIMENTO DA PARCERIA ENTRE A AMP/RS E O FRONTEIRAS DO PENSAMENTO

O presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), Fernando Andrade Alves, recebeu, na sexta-feira, 21 de fevereiro, a diretoria do Fronteiras do Pensamento para discutir o fortalecimento da parceria entre a entidade e o consolidado projeto cultural. Participaram do encontro o diretor de Relações Institucionais, Pedro Longhi, o diretor-executivo, Eduardo Baldasso, e o CEO da AMP/RS, Valdir Bianchessi. A reunião reafirmou o compromisso da AMP/RS em apoiar iniciativas que promovam o conhecimento e o debate sobre temas essenciais para a sociedade.

Foto: Lucas Rivas / AMP/RS



POSE DA NOVA DIRETORIA DA OAB/RS É PRESTIGIADA PELA AMP/RS

A Diretoria Executiva da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) esteve presente, no dia 18 de fevereiro, na posse da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS), realizada no Theatro São Pedro, no Centro Histórico de Porto Alegre. O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, foi acompanhado pelas vice-presidentes de Núcleos, Luciana Cano Casarotto, e de Relações Institucionais, Karine Camargo Teixeira, além do ex-presidente da AMP/RS e atual diretor financeiro da CONAMP, João Ricardo Santos Tavares.

Foto: Sabrina Gabana



CONFRATERNIZAÇÕES NO LITORAL

Nos primeiros meses do ano, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) promoveu suas tradicionais confraternizações no Litoral Norte, reunindo associados e familiares em momentos de integração. Em janeiro, o encontro ocorreu em Xangri-Lá, com atrações musicais da banda Moog e da DJ Aline. Já em fevereiro, a confraternização foi realizada em Torres, no restaurante Guarita Gastronomia, onde os participantes desfrutaram de um jantar especial com música ao vivo. Os encontros marcaram o início da programação de atividades sociais da entidade, reforçando o compromisso da AMP/RS com a proximidade e a união entre seus membros.

Foto: Robson Hermes / AMP/RS



Foto: Robson Hermes / AMP/RS

REQUERIMENTOS PROTOCOLADOS



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, participou de audiência, no dia 14 de janeiro, com o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, o secretário-geral do Ministério Público, Gilmar Maroneze, e a chefe de gabinete do PGJ, Raquel Isotton, na qual foram protocolados dois requerimentos da Associação para apreciação da Administração Superior do Ministério Público. O primeiro requerimento solicita a incidência da gratificação por acúmulo de acervo durante o período de licença-maternidade e outros afastamentos legais. O segundo pede o reconhecimento do direito dos membros do Ministério Público que respondem a processos administrativos disciplinares à presunção de inocência.

DEMANDAS À CORREGEDORIA

A Diretoria Executiva da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), liderada pelo presidente Fernando Andrade Alves, reuniu-se em 27 de janeiro com o corregedor-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Fábio Roque Sbardellotto, e a subcorregedora-geral, Sônia Eliana Radin, para discutir demandas visando o fortalecimento da classe. O encontro ocorreu na sede da Corregedoria-Geral do Ministério Público, onde foi entregue uma série de demandas da carreira, incluindo ajustes em normas de afastamentos, compensação por plantões e substituições, entre outros.

UFRGS



Leonardo Duarte / AMP/RS

AMP/RS NA OEA EM WASHINGTON



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

Em 16 de janeiro, o presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, foi convidado a palestrar em evento promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, nos Estados Unidos. O "IV Fórum de Boas Práticas do Sistema de Justiça Brasileiro" será realizado nos dias 14 e 15 de abril, no Edifício da Secretaria-geral da OEA, com o objetivo de promover a integração entre os Ministérios Públicos e os Poderes Judiciários do Brasil e de outros países da América Latina. Fernando Andrade Alves será painelista no tema "A atuação judicial e ministerial na tutela dos Direitos Fundamentais: Eliminação do preconceito no sistema de justiça".



Foto: Lucas Rivas / AMP/RS

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) se reuniu com a direção da Faculdade de Direito da UFRGS para discutir parcerias e estreitar a relação entre o Ministério Público e a comunidade acadêmica. Durante o encontro, foi proposta a realização da Semana do Ministério Público, tradicional evento promovido pela AMP/RS em universidades do Estado. A Faculdade de Direito da UFRGS é reconhecida como um centro de excelência na produção de conhecimento jurídico no Brasil, sendo também o local de formação de muitos membros do MP.

ATO DE DESAGRAVO UNE SISTEMA DE JUSTIÇA

A Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) realizou, em 28 de janeiro, um ato de desagravo em resposta às declarações do vereador de Porto Alegre Ramiro Rosário (Novo), que chamou o juiz Gustavo Borsa Antonello de "canalha" e outras expressões desrespeitosas na tribuna da Câmara Municipal. O encontro, realizado no Átrio do Palácio de Justiça, reuniu diversas autoridades e reafirmou a posição do Poder Judiciário contra as declarações do parlamentar. Durante a manifestação, o presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, ressaltou que o mandato parlamentar não pode ser usado para ameaças, crimes ou exposição de dados pessoais de agentes públicos no exercício de suas funções. "Não podemos permitir que algo dessa natureza passe sem uma resposta. O limite foi ultrapassado", enfatizou.



Foto: AMP/RS

AÇÃO CONTRA MUDANÇAS NA SUSTENTAÇÃO ORAL



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

A OAB/RS realizou um ato público em Porto Alegre contra resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que amplia o uso do plenário virtual nos tribunais e permite ao relator decidir sobre sua aplicação. O evento destacou a defesa da sustentação oral como um ato vivo, essencial ao processo judicial. O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, esteve presente, junto a outras autoridades, reforçando essa posição.

PLEITO ACOLHIDO



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e o vice-presidente de Valorização Funcional, Reginaldo Freitas da Silva, reuniram-se com o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, em 7 de fevereiro, para tratar de demandas associativas. Na audiência, realizada na sede do MP, Saltz anunciou a revogação da suspensão da gratificação por acúmulo de acervo durante processos disciplinares, exceto em casos de atraso injustificado. Além disso, foi parcialmente acolhido o pagamento da gratificação durante afastamentos legais, incluindo licença-maternidade, adotante e paternidade.

SOLIDARIEDADE



Foto: AMP/RS

No dia 18 de fevereiro, a AMP/RS entregou 300 kits escolares aos alunos da Escola Estadual Alvarenga Peixoto, na Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre. A doação, financiada pelo Fundo de Apoio a Tragédias Climáticas e Sociais, foi intermediada pelo procurador de Justiça Carlos Eduardo Vieira da Cunha e entregue pelo presidente da entidade, Fernando Andrade Alves. A escola, que atende 300 alunos, ficou submersa durante as enchentes de maio. O fundo substituiu a campanha "SOS Chuvas" e apoia vítimas de tragédias no RS.

LAÇOS COM PARLAMENTO



Foto: Leonardo Duarte / AMP/RS

No dia 19 de fevereiro, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Pepe Vargas (PT), recebeu a Diretoria Executiva da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), em reunião que teve por objetivo estreitar as relações com o parlamento gaúcho. A agenda teve como foco a construção de um diálogo mais próximo entre a AMP/RS e a Assembleia, ressaltando a importância da atuação do Legislativo nas discussões de temas estruturantes para a classe. O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, esteve acompanhado dos vice-presidentes Administrativo e Financeiro, Henrique Rech Neto, e de Núcleos, Luciana Cano Casarotto.

DO MINISTÉRIO PÚBLICO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A TRAJETÓRIA DOS NOVOS DESEMBARGADORES JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER E MÁRCIO SCHLEE GOMES

Fotos: Arquivo pessoal



Em janeiro de 2025, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou a nomeação de dois novos desembargadores para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: o procurador de Justiça João Pedro de Freitas Xavier e o promotor de Justiça Márcio Schlee Gomes. As vagas preenchidas são destinadas ao Ministério Público pelo Quinto Constitucional. Ambos os nomeados possuem carreiras notáveis, marcadas por uma experiência sólida, compromisso inabalável com a justiça e contribuições significativas para o fortalecimento do sistema judiciário.

Essas nomeações refletem não apenas a continuidade das bem-sucedidas trajetórias de Xavier e Schlee Gomes, mas também a ampliação da atuação deles em favor da Justiça. Reconhecidos por seu caráter e visão humanizada, ambos buscam sempre a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER: UMA CARREIRA DE DEDICAÇÃO AO MP E À JUSTIÇA

João Pedro de Freitas Xavier, natural de Porto Alegre, acumula mais três décadas de dedicação ao Ministério Público do Rio Grande do Sul. Formado em Direito pela UFRGS, com especializações em cursos preparatórios à magistratura e à carreira do Ministério Público, ingressou no MP em 1991. Ao longo de sua trajetória, passou por diversas comarcas e se destacou em áreas cruciais como a 2ª Vara do Júri, Fazenda Pública e Defesa da Ordem Urbanística. Sua atuação foi sempre pautada pela seriedade e pela habilidade em lidar com questões de grande relevância social e jurídica.

Em 2023, Xavier foi promovido a procurador de Justiça e atualmente exerce suas funções na 1ª Câmara Especial Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Além disso, se destacou como assessor da Administração Superior do Ministério Público, professor de Direito Penal na Unisinos e colaborador no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Com um compromisso constante com os princípios da justiça, Xavier sempre buscou fortalecer a instituição que representou ao longo de sua carreira.

"Após mais de 33 anos de dedicação ao Ministério Público, com ênfase na atividade-fim, minha trajetória moldou minha visão e me acompanhará onde quer que eu esteja. Como disse Atahualpa Yupanqui, 'o homem só começa a existir, quando aprende a entender e respeitar a terra onde pisa'. A experiência me mostrou que há diversas arenas para lutar pela justiça. É com essa convicção e ciente da grande responsabilidade que encaro o desafio de assumir o cargo de desembargador do TJRS", destacou Xavier.



MÁRCIO SCHLEE GOMES: UMA VIDA DIRECIONADA À JUSTIÇA E À DEFESA DA SOCIEDADE



Natural de Pelotas, Márcio Schlee Gomes construiu uma carreira sólida e respeitada no Ministério Público com mais de 25 anos de dedicação à justiça. Formado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em 1996, ingressou na Instituição em 1998 e, desde então, passou por várias comarcas, sempre com um compromisso inabalável com a defesa da sociedade. Um dos marcos de sua carreira foi a atuação no julgamento do "Maníaco da Praia do Cassino", quando contribuiu para a condenação do serial killer a mais de 170 anos de prisão, consolidando sua reputação como um promotor de Justiça exemplar.

Schlee Gomes é especialista em Direito Constitucional pela Fundação Escola do Ministério Público (FMP) e mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa. Sua formação acadêmica e experiência internacional, com passagens pelo Max-Planck Institut e pela Universidade de Göttingen, na Alemanha, o tornaram uma referência no Direito Penal. Além de ser autor de livros e palestrante, também atuou como professor de Direito Penal e Processo Penal, contribuindo para a formação de novas gerações de juristas.

Com relação a sua nomeação para o TJRS, Márcio Schlee Gomes expressou sua gratidão e humildade. "Após 26 anos de dedicação ao Ministério Público, é uma honra integrar o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, contribuindo para a Justiça com maturidade, bom senso e compromisso com valores essenciais. Grato pela confiança do Conselho Superior do Ministério Público e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, assumo o desafio de corresponder a essa expectativa em prol de uma sociedade mais justa", destacou Gomes.

O MP e seu papel na evolução da infância ao longo dos anos

**Cleonice
Rodrigues
Aires**

Promotora
de Justiça de
Passo Fundo

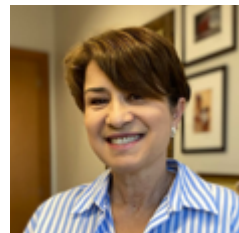


Foto: Acervo Pessoal

O Estatuto da Criança e do Adolescente, sem dúvida, é a normativa brasileira mais comentada pela sociedade; também, a mais criticada pelo senso comum como responsável por todas as formas de apresentação de violências infanto-juvenis. Para quem atua na infância (aqui e a seguir em sentido lato), há um constante exercício de ponderância e preponderâncias. Ponderar para que nenhum dado importante fique alheio à nossa consideração diante de uma situação complexa, como é da natureza dos eventos da infância. Preponderar ao eleger o que, de fato, há de prevalecer nas nossas escolhas diante desse fato. Não há atuação na infância sem o exercício da valoração e a certeza da incompletude, pois dependemos sempre que outro – o técnico da instituição, o professor, o familiar de referência, o gestor – complete nossa proposta institucional em uma medida de proteção ou socioeducativa. Pois é isso, na essência, o que fazemos na infância, propostas para um indivíduo, uma instituição, um serviço de atendimento. Dependemos da compreensão sobre o que estamos propondo. Mais, da aceitação. Melhor ainda, se nos apresentarem propostas mais adequadas, porque isso é construção. Em outras palavras, uma atuação ministerial na infância somente cresce e se qualifica com o senso da incompletude. Essa introdução é um alento aos colegas que estão chegando: a cada dia, em cada situação, há algo novo ou diferente a ser considerado, inclusive dentro do mesmo contexto, e isso não depende necessariamente da experiência, mas da atenção que se dá às outras áreas do conhecimento e às pessoas que estão envolvidas naquela situação. Mas é também um alerta: o atuar na infância é um dos poucos campos do Direito com tais contornos, e o desafio é inserir o Direito nesse contexto multidisciplinar, onde uma boa proposta pode fazer a diferença na inclusão de alguém, na revisão de práticas institucionais ou na compreensão da comunidade sobre o que, de fato, pretende o Estatuto.

Precisamos, durante longo período, (re)construir o olhar sobre a infância, impregnado culturalmente de atenção assistencialista. Sem nos darmos conta das violações de direitos, naturalizávamos os patronatos, lotados de crianças e adolescentes para os quais não havia nem processo judicial, menos ainda um projeto individualizado (e incrível que para isso tenha sido necessário outra lei 20 anos após o Estatuto). Sob a vigência da Doutrina da Proteção Integral, ainda tramitavam procedimentos atuados como “verificação de situação irregular”: sem rito a ser seguido e clareza quanto ao seu objeto, mais do que um vício cartorário denunciava a incompreensão do sistema de justiça sobre o mínimo disposto no ECA. Diversamente, até a atuação na capa nos constrangeria.

Compreender essa nova infância a ser ouvida e reposicionada no tecido social exigiu, sem dúvida, um longo trajeto. O desafio se deu igualmente na provocação da comunidade e de outras instituições a repensar não somente as bases da própria cultura sobre a infância, como a necessidade de se dar início a uma trajetória permanentemente desafiada por práticas que não poderiam mais ser mantidas, o que impunha informação e divulgação, capacitação de técnicos e sensibilização de todos, pois se tratava da promoção de uma nova infância, e não de acomodação do Direito à infância existente.

Hoje os desafios são outros, são muitos e são complexos: estão nas redes sociais, com os riscos das informações falsas e dos julgamentos públicos, das relações desconhecidas experimentadas por uma infância descuidada. Estão nos efeitos que uma sociedade altamente animada pelo consumo e aparência de vida boa gera sobre as reais necessidades de uma criança ou adolescente. São da vida real e da vida virtual, mas todos concretos. E há o desafio imposto pelo individualismo adulto e seus exemplos de violência e descaso diários com o outro.

O desafio das ressignificações culturais daquela época cedeu lugar ao desafio da percepção da dimensão dessas relações sobre a nossa infância, para o que ainda não há respostas suficientes ainda que haja muitas respostas. Atuar na infância hoje, portanto, é desafiar o desconhecido, compreender o recente e observar o que se apresenta dentro de uma sucessão de fenômenos animados por uma realidade virtualizada, permeada também dos problemas antigos, mas ainda presentes. Debater a infância nunca foi tão necessário. ■



Fotos: pikisuperstar/FreePik

O solitário

Quando Jair Caruso nasceu, havia um acampamento de ciganos em sua cidade. Uma cigana dirigiu-se à sua casa, propondo-se a tirar a sorte de quem assim quisesse. Dona Florença, a mãe de Jair, atendeu a cigana, com toda a gentileza, sim, senhora, quer se sentar? Mas, saber a sorte? Bem, não sei se isso é adequado. Além disso, estou sem dinheiro.

Não faz mal, disse-lhe a cigana; em troca de um bom lanche, eu faço o serviço. Dona Florença deu para a cigana uma fatia de pão caseiro com nata e açúcar. Agradecida pela forma gentil com que fora tratada, a cigana examinou a mão de dona Florença e permaneceu algum tempo em silêncio. Dona Florença ficou preocupada, o que a senhora está vendo? Seu filho nasceu para não ser ouvido, disse-lhe a cigana. A mãe de Jair assustou-se: ele vai ser mudo?! Não, disse a cigana. Ele não vai ser mudo, somente não vai ser ouvido. A mãe de Jair não entendeu, como assim, não vai ser mudo, mas não vai ser ouvido!

A cigana disse que igualmente não conseguia entender sua própria previsão, só sei que vai ser assim. Tenho o dom de prever os acontecimentos, mas não tenho o dom de explicá-los; desculpe; obrigado pelo pão, estava uma delícia. E foi-se embora, farfalhando o colorido vestido de cetim.

Apesar da preocupação de sua mãe, Jair aprendeu a falar com naturalidade e na época adequada. Ah, que alívio, pensou sua mãe; a cigana equivocou-se; ela estava com problemas com o marido; talvez estivesse estressada, confusa, a coitada.

O tempo foi passando, Jair foi crescendo com naturalidade, frequentando o colégio e interagindo com todas as pessoas à sua volta. Ao chegar próximo ao fim da adolescência, Jair percebeu que seus amigos, no mais das vezes, discordavam do que ele dizia. Bem, ninguém é obrigado a concordar com argumentos alheios, pensou Jair. Em poucos meses, as discordâncias de seus amigos foram diminuindo. Agora, ao invés de discordarem, eles limitavam-se a ficar com o rosto interrogativo, como quem não havia entendido suas observações. Jair ficou chocado, o que estaria havendo? Quando ele falava, as pessoas ficavam olhando, olhando, somente isso. Que coisa! Jair pensava, será que não fui claro? Inclusive, seus amigos de infância já não mantinham diálogos continuados com ele. Então, Jair tratou de arrumar uma namorada, ela, sim, iria ouvi-lo. E foi isso que aconteceu. Finalmente, Jair tinha quem lhe ouvisse. Ele falava



Foto: Daniel Stockman / Wikipedia

**Mário
Cavalheiro
Lisbôa**

Procurador
de Justiça
jubilado



Foto: Robson Hermes

aquelas coisas singulares e profundas e ela ouvia-o com toda a atenção, fazendo indagações. Jair ficou maravilhado. Resolveu casar, é minha salvação, pensou. Mal terminou a lua de mel, e as coisas mudaram. A esposa já não estava mais disposta a ouvir observações originais; ah, Jair, deixa para lá esses pensamentos insólitos; agora o que precisamos mesmo é ir ao mercado. Ele concluiu que ela não tinha casado com ele para ouvi-lo. Claro que não. Isso estava fora de questão. Ingênuo, ele não sabia que esposa alguma ouve o marido.

A ânsia de não poder ser ouvido foi aumentando, aumentando, até que, certo dia, sua personalidade explodiu de dentro para fora, dividindo-se em diversos seres. Todos tinham uma característica predominante. Alguns eram dominados pela ira, outros pela

bondade, outros pela imaginação, outros pela religião, outros pelo materialismo e assim por diante. Apareceu até um ente que dizia nomes de baixo calão, coisa que Jair nunca fazia. De dez palavras, duas eram palavrões. De onde saiu esse aí? Então, fazia parte de mim e eu não sabia? Então é assim? A gente é o que não sabe? Quantas pessoas têm uma pessoa? Os conflitos foram iminentes. Cada ente queria impor sua vontade ou suas ideias. Um queria preponderar sobre o outro. Jair assustou-se, como iria controlar todos aqueles seres que passaram a rodeá-lo? Calma, lhes dizia. Calma! Vamos nos entender, por favor. Vocês estão me enlouquecendo. Mas, no fundo, Jair estava contente; havia terminado sua solidão. Passara a ser acompanhado de uma pequena multidão. Aonde ia, junto lá se ia aquele povo todo, dando palpites, fazendo barulhos subjetivos, interagindo das mais diversas formas. Agora, Jair tinha com quem expor seus pensamentos mais inauditos e instigantes. E seus novos amigos

sempre o entendiam e concordavam com ele. Ah, como é bom falar com pessoas do mesmo nível, pensava Jair. O rabugento concordava de mau-humor, evidente que você tem razão, não precisava nem falar isso aí. O libertino concordava dizendo palavrões, você está certo, seu isso, seu aquilo. O educado concordava, elogiando-o, você é o máximo. O desatento, após pedir para ele repetir tudo de novo, ah, sim, claro, concordo. E assim por diante. Jair estava exultante. Finalmente havia conseguido interagir com quem o entendia, até porque o inteligente dialoga consigo mesmo. ■

Semipresidencialismo é golpe!

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista



Foto: Arquivo pessoal

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, a adoção do parlamentarismo foi a solução negociada pelos políticos para que João Goulart pudesse assumir a presidência. Esse modelo vigorou até 1963, quando Jango conseguiu recuperar todas as prerrogativas presidenciais, o que reacendeu os desejos dos golpistas que, em 1964, atingiram seus objetivos.

Veio então a ditadura.

Nem quero imaginar reviver aqueles tempos sem democracia, mas algo parecido está sendo esboçado, podem crer. O presidente da Câmara Federal, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), já comemora a adesão de mais de 180 parlamentares à emenda constitucional que busca implantar o semipresidencialismo, reduzindo significativamente o poder da presidência da República.

Muito semelhante ao parlamentarismo, o regime semipresidencialista divide o poder de governar entre ministros de um conselho executivo, liderados por um primeiro-ministro, que se torna o chefe de governo.

Vejo essa proposta como um golpe, disfarçado sob a roupagem de uma emenda que também inclui mudanças no direito eleitoral,

como a criação do voto distrital para a eleição de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores.

O que vem por aí? Espero que seja a rejeição dessas tentativas de modificar a Constituição. É impensável que uma mudança dessa magnitude ocorra sem a realização de plebiscitos ou referendos. Ouvir a população deve ser um princípio inegociável, pois, do contrário, estaremos, sim, diante de um golpe. Alterar o regime da nossa República? Só com um novo texto constitucional, elaborado a partir de uma convocação chancelada pelo povo.

A cidadania brasileira precisa se aprofundar nesses conceitos e seguir fortalecendo a democracia. Transparência e engajamento dos cidadãos são essenciais para impedir que se repita o que aconteceu nos anos 60.


Não podemos aceitar um suposto novo texto constitucional que rasgue o modelo institucional que hoje temos.

Que o Brasil continue elegendo seus governantes e que os princípios constitucionais de 1988 sejam a base para qualquer evolução institucional.

Qualquer tentativa diferente disso será golpe. Um golpe sujo e indesejável contra as verdadeiras instituições democráticas, que levamos décadas para construir e consolidar. ■



Fotos: teksomolika/Freepik



ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br